

AS BASES DO PENSAMENTO DOCTRINÁRIO

Coronel Marcelo Oliveira Lopes Serrano

O Coronel de Cavalaria Serrano presta serviço como tradutor da Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Foi declarado aspirante a oficial em 1977 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino superior do qual foi instrutor. Dentre os cursos realizados no país, destacam-se o de Aperfeiçoamento de Oficiais e o de Comando e Estado-Maior, tendo sido instrutor deste último. Possui também os cursos de Comandos e de Guerra na Selva. No exterior, cursou o Collège Interarmées de Défense, em Paris, e foi adjunto do adido do Exército na Embaixada do Brasil em Washington. Comandou o 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Brasília) e o 3º Regimento de Carros de Combate (Rio de Janeiro). Escreveu diversos artigos sobre doutrina e liderança. Passou para a reserva remunerada do Exército em agosto de 2008 (serrano572@hotmail.com).



Por ser um processo intelectual com fins práticos, a elaboração doutrinária no Exército Brasileiro (EB) deve satisfazer tanto ao rigor das ideias quanto à objetividade pragmática. A elaboração da doutrina militar requer bases sólidas. Nesse sentido, ela pode ser bem exemplificada pela fábula do lobo que, com seu sopro, derrubou as casas sumariamente construídas de palha e paus pelos dois primeiros porquinhos, mas não a feita de tijolos pelo diligente e prático terceiro deles.

Afastado há mais de dez anos do serviço ativo e dos debates internos no EB, não me sinto capacitado para tratar concretamente de qualquer assunto doutrinário específico, mas considero-me qualificado para falar do processo de elaboração em si, pois este deve alicerçar-se em solo firme e, portanto, imune à inconstância de ventos momentâneos e à mutabilidade dos terrenos movediços [1]. Ou seja, os requisitos do processo devem requerer a marca da perenidade: consistência de pensamento, objetividade e pragmatismo.

Motivei-me a escrever esse pequeno artigo ao ler na revista *Doutrina Militar Terrestre* do COTER, de abril a junho de 2018, uma alusão a conflitos de 4ª Geração, ideia advinda da noção de Guerra de 4ª Geração,

proposta em quatro artigos (e alterada em cada um deles) publicados entre 1989 e 2004 por William Lind, com a cooperação de outros autores. Ora, quem quer que se dedique a analisar séria e detalhadamente essa noção concluirá por sua falsidade. Fiz isso há alguns anos e o resultado foi um artigo analítico publicado na Coleção Meira Mattos da ECEME [2]. Aludir a ela, portanto, não me parece cabível em qualquer estudo doutrinário sério, a não ser que um simples nome novo (e nem tão novo assim), atrativo certamente, mas desprovido de verdadeiro conteúdo, seja o bastante para satisfazer nossas exigências intelectuais, o que considero de todo inadequado em função de sua vacuidade.

Não há nada de novo no que passarei a apresentar.

Estudos doutrinários, por serem de certo modo uma pesquisa, requerem método e rigor intelectual e, por possuírem finalidade prática, precisam atender aos critérios de necessidade, pertinência e factibilidade. Teorias não são verdadeiras simplesmente por terem sido propostas, ideias e práticas externas não são diretamente reproduzíveis, já que elaboradas em atendimento a necessidades distintas das nossas.

O general Dionísio Cerqueira, em suas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, cita o indeferimento de Caxias a seu pedido para estudar na Europa, a que ele, capitão na época, julgava fazer jus em virtude de sua classificação de final de curso: com um sorriso no rosto, Caxias lhe disse que o que ele queria mesmo era se divertir em Paris.

Pensava, como penso ainda hoje, que há grande vantagem para os nossos oficiais em aprenderem nos centros militares mais adiantados do Velho Mundo. Ele, porém, sabia que era possível ser o maior general de um hemisfério sem sair da pátria e julgava os outros por si [3].



Atualmente, a vantagem percebida por Dionísio Cerqueira é amplamente usufruída por inúmeros oficiais, mas convém tomar cuidado para não cairmos em erro diametralmente oposto ao de Caxias: julgar que tudo que se aprende lá fora ou que de lá venha seja bom e pertinente. Lá também se produzem superficialidades e algumas bobagens, William Lind que o diga.

Quando pensou com a própria cabeça, com a vista voltada para nossas condições e necessidades, o EB foi inovador em matéria de doutrina. Isso, de modo algum, significou ter dado as costas ao que ocorria nos principais exércitos do mundo na época. Por haver percebido que o exemplo estrangeiro não nos era adequado (a pesada organização doutrinária, tanto das divisões francesas após a Primeira Guerra Mundial quanto das americanas após a Segunda, era incompatível com a realidade de nossa rede viária, de nossa capacidade financeira, da dimensão da Força Terrestre e de sua cultura organizacional), o EB, na virada dos anos 1960/1970, reduziu o nível da autonomia tática, ou seja, da combi-

nação de armas e serviços, propiciando assim a descentralização das operações. Em vez de continuar a limitá-la ao nível divisionário e superiores, como era a norma da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) à época, passamos a fazê-lo no nível brigada, atribuindo às divisões o caráter de comando de enquadramento, o que lhes aligeirou a estrutura e lhes flexibilizou o emprego. Foi essa a origem de todos os tipos de brigadas e das divisões que temos hoje [4]. Nos últimos vinte anos, temos visto os principais exércitos do mundo adotarem mudanças semelhantes em virtude das exigências do combate moderno.

Não há necessidade de se alongar em demasia na exposição desse ponto de vista, porque não há, de fato, muito o que falar a esse respeito: é preciso analisar racional e friamente, com base em nossas especificidades, o que se aprende lá fora. A validade de conceitos e ideias necessita ser examinada em sua consistência lógica, e as práticas doutrinárias precisam ser avaliadas quanto à pertinência a nossas reais necessidades e à aplicabilidade às nossas condições e cultura.

Além disso, pelo fato de a evolução doutrinária ser um processo contínuo, estendido ao longo do tempo, é imprescindível que as possíveis novidades passem pelo crivo da análise histórica, para não correremos o risco de “engolir café requentado” ou de “comprar produto de segunda mão a título de novo”.

Por isso, é tão importante a leitura de história militar e, particularmente, seu estudo em nossos programas de pós-graduação. Sei da tendência de o estudo dessa matéria no meio acadêmico voltar-se, hoje em dia, mais para o enfoque sociológico. Sem desmerecer a importância dessa tendência, julgo que nós, militares, temos o dever de estudar e pesquisar a história militar em seu sentido prático, operacional, por ser esse o nosso ofício e pela importância de tal estudo para o embasamento dos estudos doutrinários. O general Petraeus, por exemplo, utilizou-se muito da experiência francesa na Indochina e na Argélia [5] para elaborar o manual de contrainsurgência do Exército dos Estados Unidos, publicado em 2006, que reorientou sua ação na guerra no Iraque. Em termos muitíssimo mais modestos, esse método de análise histórica me serviu para constatar a absoluta ausência de novidade na ideia de “Guerra no Meio do Povo”, proposta pelo general inglês Rupert Smith em seu livro “A Utilidade da Força” (2005) [6].

Ao envelhecermos, damos muito mais atenção ao passado, certamente por tê-lo mais extenso que o futuro que nos resta, mas essa condição da terceira idade não anula a importância de estudar o passado, pois ele sempre serviu e continuará servindo de modelo, positivo ou negativo, para as ações fu-

Além disso, por tudo ver de maneira fugaz, o imediatismo característico de nossa época, que com a mesma rapidez traz à moda e relega ao esquecimento, é um forte estimulante da superficialidade nas análises (se é que é possível haver verdadeira análise sendo-se superficial).

turas. Enfim, a análise histórica evita que se “tome gato por lebre” e desnuda as reinvenções da roda, sem, no entanto, impedir que se lhe aumente o desempenho por meio do aperfeiçoamento de pneus e aros, como bem fez o general Petraeus.

Há que se precaver contra a “fábrica de conceitos”. A noção é de Colin Gray [7] e diz respeito à produção de ideias novas apenas na aparência. A profusão exagerada com que

eles aparecem é fruto do consumismo de nossos tempos, que também se aplica às ideias, e da necessidade acadêmica de publicar, o que leva alguns a atribuir, às vezes intencionalmente, valor artificial a suas pesquisas com o falso caráter de ineditismo. O meio militar não é imune a essa tendência, por isso, a necessidade de precaução.

Além disso, por tudo ver de maneira fugaz, o imediatismo característico de nossa época, que, com a mesma rapidez, traz à moda e relega ao esquecimento, é um forte estimulante da superficialidade nas análises (se é que é possível haver verdadeira análise sendo-se superficial). Nosso pensamento também deve se resguardar disso no que concerne aos estudos doutrinários.

Pode-se chamar entrega em domicílio de *delivery*, alguns o fazem por considerar mais prestigioso e outros, por puro pedantismo, mas não deixa de ser o que de fato é: simples entrega em domicílio. Não há vantagem objetiva alguma em fazê-lo. Da mesma forma, pode-se encher a boca para falar, por exemplo, de “consciência situacional”, mas, na realidade, não se está falando de nada substancialmente diferente do velho e bom estudo continuado da situação. Devemos cuidar para não nos deixarmos atrair por “cantos de sereia”, a fim

de não acabarmos soçobrando nos arrecifes da falta de objetividade.

Reinvenções da roda, nomes novos para coisas velhas e ideias vazias de conteúdo ou de sentido prático não devem desviar nosso pensamento do bom rumo nas análises doutrinárias. A aceitação pura e simples, como verdade pertinente para nós, do que lemos

ou do que aprendemos lá fora não é um bom princípio para embasar nossa forma de pensar e tampouco para formular a doutrina do EB. Há que, antes, tudo analisar cuidadosamente à luz de nossas condições e necessidades. Vale aí o preceito fundamental de Descartes: só aceitar como verdadeiro (ou pertinente) o que nossa razão assim o julgar absolutamente.

NOTAS/REFERÊNCIAS

- [1] Refiro-me ao processo, pois seu resultado, a doutrina em si, é mutável conforme a transformação das necessidades. Mas, mesmo mutável, a doutrina só será sólida se possuir sólidos fundamentos.
- [2] A Guerra é Filha Única, Coleção Meira Mattos, Jan/Jun 2013, disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/290/264>
- [3] CERQUEIRA, Dionísio, **Reminiscências da Guerra do Paraguai**, Rio de Janeiro: Bibliex, 1980, p. 242.
- [4] O coronel Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (Inf 78) analisou esse processo em sua tese de doutorado, **Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)**, no PPGHC/UFRJ.
- [5] Em especial, a obra de David Galula, um oficial francês veterano de ambas as guerras.
- [6] **Guerra: no Meio do Povo ou Simplesmente Irregular**, Coleção Meira Mattos, jan/jun 2014, disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/357-1-1329-1-10-20141029.pdf>
- [7] **War – Continuity in Change, and Change in Continuity**, Parameters, 2010, disponível em <https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/parameters/articles/2010summer/Gray.pdf>



Hã 7 anos falando de doutrina.

O sucesso da Doutrina Militar Terrestre em Revista depende muito de você!

Compartilhe conosco a sua opinião, escreva um artigo!



<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/issue/archive>

dmtrevista@coter.eb.mil.br

(61) 3415-5014 RITEx 860-5014

Endereço: QGEx Bloco H 3º Piso, Setor Militar Urbano, SMU - Brasília, DF, 70655-775